



**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP**

Contratação de empresas devidamente habilitadas a prestar serviços de Aferição de Tacógrafo, incluindo ensaio e selagem, para atender os veículos da frota Municipal.

**1. UNIDADE REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Transportes

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º*

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de aferição de tacógrafos, com fornecimento de mão de obra para execução de pequenos reparos corretivos, destinados aos veículos da frota municipal que possuem esse equipamento obrigatório.

A contratação se faz necessária para garantir que os veículos da frota municipal estejam devidamente regularizados, atendendo às normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – Lei nº 9.503/1997, evitando a aplicação de multas, sanções administrativas e até mesmo a retenção dos veículos em fiscalizações realizadas pelos órgãos competentes.

Nos termos da legislação vigente, especialmente conforme previsto no CTB e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), com destaque para a Resolução nº 912/2022, é obrigatório o uso de tacógrafo em veículos de carga com peso bruto total superior a 4.536 kg e em veículos de transporte de passageiros com mais de 10 (dez) lugares.

O tacógrafo é um instrumento de uso obrigatório destinado a indicar e registrar, de forma simultânea, inalterável e instantânea, a velocidade e a distância percorrida pelo veículo em função do tempo decorrido, bem como informações relacionadas à condução, tais como tempo de direção, períodos de descanso e paradas. Por meio do disco diagrama, confeccionado em papel especial, são registrados dados relevantes como velocidades desenvolvidas, distâncias percorridas e intervalos de funcionamento do veículo, sendo tais informações reconhecidas legalmente como prova em situações de acidentes ou apuração de irregularidades na condução.

A legislação metrológica vigente, especialmente as normas expedidas pelo INMETRO, incluindo a Portaria nº 201/2004 e atualizações posteriores, como a Portaria nº 481/2021, estabelece que os tacógrafos devem ser submetidos à verificação metrológica periódica obrigatória a cada 2 (dois) anos, bem como sempre que houver manutenção ou intervenção no equipamento, sendo indispensável a emissão de certificado válido para comprovação de sua regularidade.

Ressalta-se que o Município possui diversos veículos equipados com tacógrafos, utilizados em atividades essenciais como transporte escolar, transporte de pacientes, transporte de cargas e apoio operacional, sendo imprescindível que todos estejam em conformidade com a legislação para garantir a continuidade dos serviços públicos.

Destaca-se ainda que, no Brasil, o INMETRO credencia empresas especializadas para a execução dos serviços de aferição, sendo obrigatório que tais serviços sejam realizados exclusivamente por empresas devidamente autorizadas.

Importante salientar que, durante o procedimento de aferição, é comum a identificação de falhas técnicas nos equipamentos, tais como problemas em cabos, sensores, lacres e mecanismos internos. Na maioria dos casos, esses defeitos somente são constatados no momento da aferição, não sendo possível sua identificação prévia.

Ressalta-se, ainda, que um mesmo tacógrafo pode apresentar simultaneamente mais de uma falha técnica, exigindo a realização de múltiplos serviços de reparo para sua completa regularização. Nessas situações, torna-se imprescindível que a empresa contratada possua capacidade técnica para diagnosticar e corrigir todos os problemas identificados de forma integrada, garantindo a plena funcionalidade do equipamento e evitando reprovações sucessivas no processo de aferição.

Dessa forma, caso não haja a possibilidade de realização de pequenos reparos no ato da inspeção, o equipamento poderá ser reprovado, exigindo novo agendamento, deslocamento do veículo e retrabalho, o que acarreta aumento de custos e maior tempo de indisponibilidade da frota.





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Por essa razão, torna-se indispensável que a empresa contratada para a aferição também esteja habilitada a executar serviços de manutenção corretiva de pequeno porte, possibilitando a imediata regularização do equipamento e maior eficiência na execução do serviço.

A contratação integrada, contemplando aferição e pequenos reparos, proporciona maior eficiência administrativa, redução de custos indiretos, diminuição do tempo de parada dos veículos e atendimento pleno às exigências legais.

Atualmente, o Município dispõe de 53 (cinquenta e três) veículos que utilizam tacógrafo, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo. Ressalta-se, entretanto, que a frota municipal se encontra em constante processo de renovação e ampliação, em razão da aquisição frequente de novos veículos para atendimento das demandas dos serviços públicos. Nesse contexto, é importante destacar que parte desses novos veículos também faz uso de tacógrafo, o que contribui para o aumento gradual da demanda pelos serviços de aferição ao longo do tempo.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação de empresa especializada, devidamente credenciada junto ao INMETRO, para a prestação dos serviços em questão, garantindo a regularidade da frota municipal, a segurança no trânsito e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º*

**PPA** - Lei 3.374/2025 de 16/12/2025;

**LDO** – Lei 3.329 de 17/07/2025, alterada pela lei 3.367/2025 de 01/12/2025;

**LOA** – Lei 3.373/2025 de 15/12/2025;

Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**PCA** – Itens 84 e 85 – PCA 2026;

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º*

**4.1** A contratação observará tanto o orçamento quanto a limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento no inciso II do art. nº 63 do Decreto Municipal nº 96/2023, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, pelo modo de disputa “**ABERTO**”, conforme a seguir transcrito:

**Art. 63.** O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

[...]

**II** - quando for conveniente a **aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; [grifo nosso]

Os recursos orçamentários destinados à ação serão do orçamento da Secretaria Municipal de Transportes, ação 2118, referência 583.

Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificada a contratada pelos fiscais do contrato para as providências cabíveis.

Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no Anexo I - Análise de Riscos.

### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º*

O presente Levantamento de Mercado tem por objetivo identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado para atender à necessidade do Município de Santa Helena quanto à prestação de serviços de aferição de tacógrafos, incluindo ensaio metrológico, selagem e execução de pequenos reparos corretivos, nos veículos que compõem a frota municipal.





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Para atendimento da necessidade de aferição de tacógrafos da frota municipal, foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado, considerando as práticas adotadas por empresas credenciadas pelo INMETRO e o funcionamento do setor.

A aferição de tacógrafos é um serviço regulamentado e obrigatório, devendo ser realizado exclusivamente por empresas autorizadas pelo INMETRO, com emissão de certificado válido.

## **5.1 IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES**

### **1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA CREDENCIADA PELO INMETRO:**

Contratação de empresa credenciada para execução de aferição, ensaio metrológico, selagem e pequenos reparos.

**Características:**

- Execução completa do serviço (ensaio, selagem e certificação);
- Emissão de certificado válido;
- Possibilidade de manutenção no próprio local;
- Utilização de equipamentos específicos que simulam condições reais de rodagem.

**Vantagens:**

- Atendimento integral às exigências legais;
- Maior confiabilidade técnica;
- Redução de retrabalho;
- Regularização imediata dos veículos;
- Equipe especializada e equipamentos certificados;
- Possibilidade de manutenção no ato da aferição.

**Desvantagens:**

- Dependência de empresas credenciadas;
- Custo unitário pode ser superior ao de serviços fragmentados.

### **2. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE GESTÃO DE FROTA**

Empresas que oferecem gestão completa de frota, incluindo controle, manutenção e aferição de tacógrafos.

**Vantagens:**

- Gestão integrada dos veículos;
- Controle de desempenho e manutenção;
- Possível redução de custos operacionais no longo prazo.

**Desvantagens:**

- Alto custo global;
- Complexidade contratual;
- Inclusão de serviços desnecessários à realidade municipal;
- Dependência de sistema mais robusto que pode não ser necessário.

Após o levantamento das soluções disponíveis no mercado e a análise técnica das alternativas apresentadas, verifica-se que a contratação de empresa especializada, devidamente credenciada pelo INMETRO, para a prestação de serviços de aferição de tacógrafos com execução de pequenos reparos corretivos, é a solução que melhor atende às necessidades do Município.

A demais alternativa analisada, tais como a contratação de gestão completa de frota, apresentam desvantagens relevantes, como aumento da complexidade administrativa, maior tempo de indisponibilidade dos veículos, risco de retrabalho e elevação de custos indiretos.





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Sob o ponto de vista técnico, a contratação integrada mostra-se mais eficiente, uma vez que permite a realização da aferição e a correção de falhas no mesmo momento, evitando a reprovação do equipamento e a necessidade de novos deslocamentos e agendamentos. Além disso, assegura maior confiabilidade nos resultados, por ser executada por empresa autorizada, com equipamentos adequados e em conformidade com as normas do INMETRO.

Do ponto de vista operacional, essa solução contribui para a redução do tempo de parada dos veículos, garantindo maior disponibilidade da frota para a execução dos serviços públicos essenciais.

Adicionalmente, considerando as características do objeto, como a demanda variável, a necessidade recorrente e a impossibilidade de definição precisam dos quantitativos, conclui-se que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços é a mais adequada, por proporcionar maior economicidade, flexibilidade e agilidade à Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a solução mais vantajosa para o Município consiste na contratação de empresa especializada, por meio de Registro de Preços, para execução dos serviços de aferição de tacógrafos com manutenção corretiva associada, garantindo o cumprimento da legislação vigente, a regularidade da frota municipal e a continuidade dos serviços públicos.

**6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º  
Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º*

O valor estimado da contratação é de aproximadamente **R\$ 72.344,47 (setenta e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos)**.

Os valores que embasam a presente contratação foram obtidos por meio da média calculada entre os orçamentos recebidos, conforme detalhado no mapa de preços.

As quantidades especificadas no objeto não geram direito adquirido à contratada, tratando-se de mera estimativa, não obrigando ao Município a aquisição de todos os itens constantes na vigência do contrato. Portanto os itens serão adquiridos, conforme a necessidade dentro do prazo de validade do Processo.

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATMAT/ CATSER*	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17965 (Aprox.)	Prestação de serviços, incluindo taxas e mão de obra para aferição de tacógrafos/cronotacógrafos e serviço metrológico de ensaio e selagem para caminhão, ônibus, vans/microônibus.	SERV.	53	R\$ 494,99	R\$ 26.234,47
2	17965 (Aprox.)	Serviço de atualização e programação do software do equipamento de leitura de tacógrafo.	SERV.	53	R\$ 290,00	R\$ 15.370,00
3	17965	Serviços de mão de obra para conserto de tacógrafos.	SERV.	106	R\$ 290,00	R\$ 30.740,00
TOTAL DO LOTE					R\$ 72.344,47	

\* Código do CATMAT (catálogo padronizado de produtos do Governo Federal).

O item de aferição do tacógrafo contempla, todos os serviços necessários para sua regularização, incluindo a programação do software do equipamento, quando necessário, o fornecimento e a aplicação dos kits de lacre, a execução da aferição, bem como os serviços de selagem e a realização do ensaio metrológico, garantindo, assim, a conformidade com as normas técnicas vigentes.

AFERIÇÃO DE TACÓGRAFO: RELAÇÃO DE VEÍCULOS		
PLACA	MODELO VEÍCULO	FROTA
ATE7658	MICROÔNIBUS GRAN MICRO AGRAL MA 9.2	9
ARA6736	ÔNIBUS VW 15.190	12





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

ARA6740	ÔNIBUS VW 15190 EOD	13
ARA6731	ÔNIBUS VW 15.190	15
AKI5278	ÔNIBUS MERCEDES BENZ OF1721	20
ARA6738	ÔNIBUS VW15.190	24
ARF4227	MICROÔNIBUS M.B. MASCARELO GRAN MINI	32
AKY8324	CAMINHÃO VW 23220	90
AKY8319	CAMINHÃO VW 23220 - PIPA	91
ARU7484	CAMINHÃO 17.180 EURO III WORKER	97
ARV0417	CAMINHÃO 24.220 EURO III WORKER	98
ARV0415	CAMINHÃO 24.220 EURO III WORKER	99
ATI5585	CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2422-E	146
ATH1649	CAMINHÃO FORD CARGO 815-E	192
ATG9183	CAMINHÃO FORD CARGO 1722E	193
AUT7449	CAMINHÃO FORD CARGO 2422E	204
AVH1916	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1718	222
AXW6080	CAMINHÃO MERCEDES BENZ ATRON 2729 K	230
AYB7362	VAN SPRINTER 415 CDI	234
AYK5532	CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2623	243
AYK5535	CAMINHÃO CAÇAMBA FORD CARGO 2623	244
AYM8503	ÔNIBUS VW 15.190 EOD E. HD ORE	245
AYM8501	ÔNIBUS VW 15.190 EOD E. HD ORE	246
AYR5338	MICROÔNIBUS VOLARE V8L 4X4 EO	257
BAK4361	MICROÔNIBUS VOLARE W9 ON	424
BAM1785	VAN MASTER MART L3	428
BAX6424	CAMINHÃO VW 10.160 DRC 4X2	476
BBF3530	MICROÔNIBUS VOLARE W9C ON	481
AXH3725	CAMINHÃO FORD CARGO 2842 AT	484
BBM6268	ÔNIBUS OF 1519 R. ORE	486
BBQ0851	CAMINHÃO M.B. ATEGO 1729	487
BCB7499	VAN MASTER MART L3	574
BCI6541	MICROÔNIBUS VOLARE V8L EO	585
BCY8B95	VAN MB SPRINTER 415	640
BCY7D99	ÔNIBUS VW/MASCA ROMA	642
BCY7E03	ÔNIBUS VW/MASCA ROMA OT 18.330	643
BDK4H60	ÔNIBUS AGRAL W9	655
LXJ3F02	ÔNIBUS VOLVO/B10M 6X2	662
RHF4I49	ÔNIBUS IVECO/BUS 10-190E	777
RHF4I53	ÔNIBUS IVECO/BUS 10-190E	778
RHF4I54	ÔNIBUS IVECO/BUS 10-190E	779
BEJ9I44	CAMINHÃO M.B. ATEGO 1419	748
RHC3B07	CAMINHÃO AGRAL/A10000 I	774
SEG6G28	I/FORD TRANSIT MNP	815
QBH0H46	CAMINHÃO VOLVO FM 370	822
SFJ1E82	CAMINHÃO FOTON/AUMARK S 1217	842
SFJ1E81	CAMINHÃO FOTON/AUMARK S 1217	843
TAT2G84	CAMINHÃO M. B/ATEGO 1419 CL/MUNCK	845
TAX5E08	ÔNIBUS VW/NEOBUS 8.180E	849
TBU5C85	I / FURGÃO PEUGEOT EXPERT CARGO	861
TFE7D14	CAMINHÃO MB/ATEGO 2429 PIPA	862
UAZ2E30	I/FORD VAN TRANSIT B46E AMB	863
AYB8I22	I/FORD VAN TRANSIT B46E AMB	864





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso VII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IV do art. 4º*

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada, devidamente credenciada pelo INMETRO, para a prestação de serviços de aferição de tacógrafos, incluindo ensaio metrológico, selagem e execução de pequenos reparos corretivos, destinados aos veículos que compõem a frota do Município de Santa Helena.

A contratação deverá ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando as características específicas da demanda e a necessidade de flexibilidade na execução dos serviços.

A solução contempla a execução integrada dos serviços, abrangendo todas as etapas necessárias para a regularização dos tacógrafos, incluindo: verificação metrológica obrigatória, realização de ensaios técnicos, selagem dos equipamentos, emissão de certificados de aferição, bem como a execução de pequenos reparos identificados durante o procedimento, tais como ajustes, substituição de componentes e correção de falhas que impeçam a aprovação do equipamento.

A contratação prevê atendimento sob demanda, de forma contínua, possibilitando que os serviços sejam executados conforme a necessidade da Administração Pública, sem a obrigatoriedade de quantitativos mínimos por período, garantindo flexibilidade operacional e maior eficiência na gestão da frota. Essa característica permite o atendimento tanto de veículos novos, que necessitem de aferição inicial, quanto de veículos em uso que demandem verificação periódica, conforme o prazo legal, ou ainda em decorrência de manutenções e intervenções nos equipamentos.

Ressalta-se que o Município possui uma frota dinâmica, estando em constante renovação e ampliação, com a aquisição frequente de novos veículos. Dessa forma, a necessidade de aferição de tacógrafos não ocorre de maneira uniforme, uma vez que o prazo para realização da verificação metrológica obrigatória varia conforme a data de aquisição e entrada em operação de cada veículo.

Além disso, parte da frota pode se encontrar, em determinados períodos, indisponível para realização da aferição, em razão de manutenções mecânicas, preventivas ou corretivas, o que impede o encaminhamento simultâneo de todos os veículos para execução dos serviços.

Outro fator relevante refere-se ao estado de conservação dos veículos, especialmente aqueles com maior tempo de uso, que estão mais sujeitos à ocorrência de falhas mecânicas ou elétricas, podendo ser temporariamente retirados de circulação antes mesmo da realização da aferição, o que impacta diretamente no planejamento da demanda.

Diante desse cenário, não é possível estabelecer, com precisão, o quantitativo exato de serviços a serem executados, tampouco concentrar a realização das aferições em um único momento.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, pois permite à Administração realizar as contratações de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A adoção do SRP possibilita que o Município adquira apenas os serviços que forem efetivamente utilizados, no momento em que forem necessários, evitando desperdícios, contratações desnecessárias e a imobilização de recursos orçamentários.

Além disso, proporciona maior agilidade na execução dos serviços, uma vez que dispensa a realização de novos processos licitatórios a cada demanda, assegurando a continuidade das atividades e a regularidade da frota municipal.

A execução dos serviços por empresa especializada assegura maior confiabilidade técnica, uma vez que os procedimentos serão realizados conforme as normas do INMETRO e demais legislações aplicáveis, utilizando equipamentos adequados e por profissionais capacitados. Além disso, a possibilidade de execução dos reparos no momento da aferição reduz o tempo de indisponibilidade dos veículos e evita retrabalho.

A centralização dos serviços em um único fornecedor possibilita maior controle da execução contratual, facilita a fiscalização, assegura a padronização dos procedimentos técnicos e garante a responsabilização objetiva por eventuais falhas, inconformidades ou necessidade de retrabalho.

A solução proposta contribui diretamente para a regularização da frota municipal, o cumprimento das exigências legais, a segurança no trânsito e a continuidade dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao transporte de passageiros e cargas.

A Secretaria de Transportes será responsável por emitir as solicitações de serviço conforme a





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

demanda das Secretarias Municipais, com a indicação do veículo, do tipo de serviço a ser executado (aferição periódica, aferição após manutenção ou reparo) e do prazo para atendimento.

A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado pela Secretaria, responsável por acompanhar, conferir e atestar a execução dos serviços contratados.

Compete à fiscalização:

- Verificar se os serviços executados estão em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;
- Conferir a validade e regularidade dos certificados de aferição emitidos;
- Acompanhar a execução dos serviços de ensaio, selagem e manutenção corretiva;
- Verificar se os reparos realizados atendem às normas técnicas e foram previamente autorizados;
- Controlar os prazos de execução e atendimento das solicitações;
- Registrar e comunicar eventuais irregularidades na execução dos serviços.

Dessa forma, a contratação por meio de Registro de Preços atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, sendo a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública diante das particularidades do objeto.

#### **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º*

A futura contratação deverá ser feita por LOTE em razão da característica técnica e peculiaridade de comercialização no mercado.

A opção pela não aplicação do parcelamento do objeto justifica-se por razões de ordem técnica, operacional e de gestão contratual, que tornam a execução integrada dos serviços de aferição de tacógrafos, incluindo ensaio metrológico, selagem e execução de pequenos reparos corretivos, mais adequada e vantajosa para a Administração Pública.

O objeto contratado configura um conjunto único e indissociável, uma vez que a adequada aferição do tacógrafo está diretamente condicionada ao perfeito funcionamento do equipamento. Durante o procedimento de verificação metrológica, é comum a identificação de falhas, desgastes ou irregularidades que impedem a aprovação do equipamento, sendo necessária a realização imediata de ajustes ou pequenos reparos para que o serviço seja concluído com êxito. Dessa forma, a qualidade e a validade do resultado final dependem da integração entre a aferição e a manutenção corretiva.

A eventual execução por fornecedores distintos poderia gerar incompatibilidades técnicas, divergências nos procedimentos adotados e dificuldade na responsabilização por falhas ou inconformidades, especialmente nos casos em que o equipamento não seja aprovado após intervenção. Além disso, a fragmentação da contratação implicaria na necessidade de múltiplos agendamentos, deslocamentos adicionais dos veículos e maior tempo de indisponibilidade da frota, comprometendo a eficiência operacional da Administração.

Do ponto de vista técnico-operacional, a execução integrada dos serviços permite a adoção de procedimentos padronizados, utilização de equipamentos compatíveis e atuação coordenada, assegurando maior confiabilidade nos resultados, conformidade com as normas do INMETRO e maior agilidade na conclusão dos serviços. A contratação fragmentada, por sua vez, tende a dificultar a coordenação das atividades, aumentar o risco de retrabalho e comprometer o cumprimento dos prazos legais de aferição.

Ressalta-se, ainda, que a execução dos serviços de aferição de tacógrafos é regulamentada e somente pode ser realizada por empresas devidamente credenciadas pelo INMETRO, as quais, em sua maioria, já possuem estrutura técnica e operacional apta a realizar tanto a verificação metrológica quanto os ajustes necessários ao correto funcionamento do equipamento, o que reforça a viabilidade e a adequação da contratação por lote único.

Sob o aspecto da gestão contratual, a centralização do objeto em um único fornecedor possibilita maior controle da execução, facilita a fiscalização, assegura a padronização dos serviços prestados e permite a responsabilização objetiva por eventuais falhas, inconformidades ou necessidade de retrabalho, reduzindo riscos administrativos para o Município.

Dessa forma, a não aplicação do parcelamento do objeto e a adoção da contratação por lote fundamentam-se na necessidade de assegurar a integridade técnica dos serviços, a conformidade legal





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

dos equipamentos, a eficiência operacional, a economicidade e a adequada gestão contratual, atendendo de forma mais eficaz ao interesse público e às necessidades do Município.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

*Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º*

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de aferição de tacógrafos, compreendendo ensaio metrológico, selagem e execução de pequenos reparos corretivos, tem como finalidade assegurar a plena regularidade da frota municipal, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pelos órgãos competentes, especialmente o INMETRO e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Com a implementação da presente solução, pretende-se garantir que todos os veículos sujeitos à obrigatoriedade de uso de tacógrafo estejam devidamente aferidos dentro dos prazos legais, evitando a aplicação de sanções administrativas, multas e restrições à circulação, ao mesmo tempo em que se assegura a legalidade das operações realizadas pelo Município.

Busca-se, ainda, assegurar a confiabilidade e a integridade dos dados registrados pelos equipamentos, tais como velocidade, tempo de deslocamento, paradas e distâncias percorridas, elementos essenciais tanto para o controle interno da Administração quanto para eventual utilização como meio de prova em situações de fiscalização, auditorias ou ocorrências de trânsito.

Outro resultado relevante consiste na elevação do nível de segurança operacional da frota, contribuindo para a redução de riscos de acidentes e para a promoção de boas práticas na condução dos veículos, refletindo diretamente na proteção dos servidores, usuários dos serviços públicos e da coletividade em geral.

A execução integrada dos serviços, contemplando aferição e manutenção corretiva, permitirá maior eficiência operacional, uma vez que possibilita a identificação e correção imediata de falhas nos equipamentos, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos e evitando retrabalho, deslocamentos adicionais e novos agendamentos.

Adicionalmente, pretende-se aprimorar a gestão da frota municipal, por meio do melhor controle dos prazos de aferição e do acompanhamento das condições dos equipamentos, favorecendo o planejamento das manutenções e contribuindo para a tomada de decisões mais assertivas por parte da Administração.

No que se refere à gestão dos recursos públicos, a adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará a contratação sob demanda, garantindo maior economicidade, uma vez que os serviços serão realizados conforme a necessidade efetiva, evitando desperdícios, contratações desnecessárias e a imobilização de recursos orçamentários.

Por fim, almeja-se assegurar a padronização, a qualidade técnica e a rastreabilidade dos serviços executados, por meio da contratação de empresa devidamente credenciada e qualificada, bem como fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização contratual, promovendo maior transparência, eficiência e conformidade na execução dos serviços.

Dessa forma, a presente contratação não se limita ao atendimento de uma exigência legal, mas representa uma medida estratégica para a melhoria da gestão da frota, da segurança operacional e da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º*

Para a realização da aferição, é necessário o recolhimento de taxa à União, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU). Neste caso, caberá ao Município efetuar o pagamento correspondente.

Ficará a cargo da Secretaria de Transportes realizar o agendamento das aferições, bem como providenciar o encaminhamento dos veículos até a sede da empresa para a execução dos serviços.

O servidor designado para conduzir o veículo, até a sede da empresa, será responsável por acompanhar a realização dos serviços, bem como por entrar em contato com o responsável do Município para sanar quaisquer dúvidas ou solicitar orientações, quando necessário.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º*





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

A equipe declara que não há contratação correlata para essa finalidade, especificamente no que diz respeito a necessidade de aquisição de materiais similares por outras Secretarias.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º*

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade. A licitação sustentável é também conhecida como compras públicas sustentáveis, eco aquisição, compras verdes, compra ambientalmente amigável e licitação positiva

Portanto, licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020).

Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a) materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- b) A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;
- c) Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- d) Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

*Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º*

Diante de todo o exposto, declaramos a viabilidade da Contratação, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Santa Helena/PR, 30 de março de 2026.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas este Estudo Técnico preliminar - ETP,

**Sabrina Dedonati**

Chefe de Divisão de Abastecimento

Ciente e de acordo,

**Rodrigo Farina**

Secretário Municipal de Transportes





**ANEXO I**  
**Análise de riscos**

Risco 1	Risco	Atraso na execução dos serviços		
	Probabilidade	Média	Impacto	Alto
	Danos			
	1. Demora no atendimento às solicitações, gerando maior tempo de imobilização dos veículos.			
	2. Prejuízo à continuidade dos serviços públicos.			
	Ações preventivas	Responsável	Prazo	
	Previsão de penalidades por descumprimento de prazos;	Área demandante	Por ocasião da demanda	
	Estabelecimento de prazos máximos de atendimento em contrato;	Área demandante	Por ocasião da demanda	
	Ações de mitigação ou contingência	Responsável	Prazo	
	Alinhamento dos requisitos da contratação com as soluções encontradas no mercado, através da elaboração do ETP	Área demandante	Por ocasião da demanda	

Risco 2	Risco	Dimensionamento incorreto dos quantitativos		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Médio
	Danos			
	1. Probabilidade de a estimativa sobre o quantitativo ser maior ou menor que a efetiva demanda;			
	2. Estimativa de custo da contratação prejudicada.			
	Ações preventivas	Responsável	Prazo	
	Estudo comparativo das quantidades históricas de aquisição, utilizados como parâmetro para a atual contratação.	Fiscalização da contratação	Por ocasião do ETP	
	Elaboração de padrão de utilização de produtos.	Área demandante	Por ocasião do planejamento	
	Ações de mitigação ou contingência	Responsável	Prazo	
	Controle e acompanhamento dos pedidos de produtos pelos órgãos durante a vigência	Fiscal de contrato	Durante a vigência	

Risco 3	Risco	Descumprimento contratual grave ou inexecução		
	Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
	Danos			
	1. Não efetivação da entrega.			
	2. Execução dos serviços sem técnica adequada, gerando falhas e redução da vida útil dos equipamentos.			
	Ações preventivas	Responsável	Prazo	
	Controle rigoroso de prazos de entrega, com aplicação de notificações sempre que houver pequenos descumprimentos.	Fiscalização da contratação	Por ocasião da entrega	





**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Rua Paraguai – 1401 – Santa Helena – PR – CEP 85.892-000  
Fone: 3268-8200 – CNPJ: 76.206.457/0001-19

Previsão clara e objetiva de sanções a serem aplicadas no caso de descumprimento parcial ou total	Área demandante	Por ocasião do ETP
<b>Ações de mitigação ou contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
Aplicação das sanções previstas em Edital.	Fiscal e Gestor de contrato	Durante a vigência

